

Degração Audiência Pública SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DE SOBRADINHO

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhor Antônio Terra (00:13)

Boa noite a todos, em nome do Brasília Ambiental eu queria pedir desculpas em relação aqui ao pequeno atraso. A gente teve um probleminha aqui link de transmissão da nossa Audiência Pública de hoje, já foi regularizado aqui a situação, então a gente pode dar início a nossa Audiência Pública. Meu nome é Antônio Terra, sou assessor da superintendência de licenciamento ambiental, vou conduzir aqui, a primeira parte da nossa Audiência Pública referente a mais um empreendimento aqui dentro dos processos de licenciamento ambiental aqui do IBRAM. Hoje nossa Audiência Pública se refere a apresentação e discussão do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI para parcelamento do solo urbano, referente ao licenciamento ambiental, licença prévia do empreendimento denominado SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DE SOBRADINHO, quadras 15 a 21 e AE 01 a AE 04 na Região Administrativa de Sobradinho. Então, em nome do Brasília Ambiental dou boas-vindas a todos os participantes, a todos os interessados aqui na nossa Audiência Pública. Lembrar que a nossa Audiência Pública ela está sendo feita no formato virtual e também com a possibilidade do formato presencial aonde a gente tem dentro do ponto de acesso disponibilizado pelo empreendedor, a possibilidade de quem tem alguma dificuldade de acesso à internet, de poder assistir e participar da audiência lá desse local. Aqui no transcorrer aqui do regramento, eu vou é passar essas informações aqui para vocês. Então, visando uma maior participação social essa Audiência Pública ela é realizada no formato virtual, no formato online, com a transmissão pelo canal do YouTube do Brasília Ambiental. Esse formato a gente tem utilizado desde de 2020 no período ali da pandemia e onde a gente viu que a gente consegue atingir uma participação, ter contribuições na audiência pública que torna esse formato mais adequado e que a gente consegue então ter uma participação social, uma participação da comunidade afetada ali pelo local e todos interessados de forma mais interessante para que a gente possa então colher mais contribuições para o andamento do processo do licenciamento ambiental. Algumas informações de formalidade aqui da Audiência Pública. Então hoje, na data do dia 2/05/2023, com início previsto às 19H, a gente acabou iniciando às 19 e 15, encerramento previsto para as 19 e 45. Então a gente dando esse período que a gente perdeu a que a gente passa então, o encerramento previsto até as 22H já incluído o intervalo de 15 minutos previsto conforme o nosso regulamento. Esse intervalo previsto entre o término da exposição técnica e o início das manifestações dos participantes. Já incluindo nesse tempo aqui a possibilidade de prorrogação de 30 minutos da nossa Audiência Pública. Nosso embasamento legal, ele tem 2 normativos, a instrução normativa do IBRAM, número 27, de 2020, que institui a audiência pública virtual nos processos de licenciamento e a resolução CONAMA 494, também de 2020, que instituiu a possibilidade da realização da Audiência Pública. Informações sobre a nossa audiência pública, o processo de licenciamento ambiental 0039100002720/2023-11 empreendimento SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DE SOBRADINHO,

Sobradinho, quadras 15 a 21 AE 01 a AE 04 lá na Região Administrativa de Sobradinho. Tipo de licença, a licença prévia para atividade de parcelamento de solo. O interessado é a Companhia Imobiliária de Brasília, a TERRACAP, e a empresa responsável pela elaboração do estudo técnico é a APOENA Soluções Ambientais Limitada. Essa Audiência Pública ela teve os avisos de publicação publicados, conforme previsto no artigo quinto da lei 5081 de 2013, publicado no DODF, Diário Oficial, o jornal de grande circulação e no site e redes sociais aqui do Brasília Ambiental, tendo sido, também é veiculado matérias aí na mídia falando da nossa Audiência Pública. Essas previsões, então da publicação do aviso, são conforme a Lei 5081 e, conforme a instrução normativa do IBRAM, a número a de número 27, de 2020. O objetivo da nossa Audiência Pública é de apresentar e discutir o RIVI, que é o relatório de impacto de vizinhança referente ao nosso processo de licenciamento, da expansão econômica de Sobradinho, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento, então do processo de licenciamento ambiental, onde a partir dessa da Audiência Pública esse material da Audiência Pública, ele é encaminhado para a equipe técnica que está fazendo a análise do estudo que vai ser apresentado aqui. Então, junto com essas contribuições, a equipe acolhe essas manifestações para serem analisadas pela equipe técnica e, caso seja necessário, pedir alguma adequação, alguma complementação também no estudo ambiental, que é apresentado e que vai ser analisado pela nossa equipe técnica. O objetivo da nossa Audiência Pública ele é, conforme consta na resolução CONAMA 9 de 1987, na Lei Distrital 5081, de 2013, que institui a etapa obrigatória da Audiência Pública nos processos de parcelamento de solo aqui no Distrito Federal. Falar um pouquinho do trâmite do processo de licenciamento. Então, a gente já citou aqui, ele está na fase de licença prévia. Então, ele se refere a um licenciamento trifásico, onde a licença prévia é a primeira etapa onde a gente vê justamente a apresentação do estudo ambiental, com a concepção do empreendimento, a questão desse do diagnóstico ambiental, que foi realizado em relação a área e a localidade para a gente ver justamente a questão da viabilidade locacional do empreendimento. Posteriormente, a gente tem a fase da licença de instalação, onde são apresentados os projetos e depois a licença de operação onde já é feita a liberação para que o empreendedor possa fazer a operação do empreendimento onde vai constar as condicionantes para minimizar os impactos ambientais que são diagnosticados justamente nessa fase da licença prévia. Juntamente com a apresentação dos estudos na licença prévia tem toda a questão das concessionárias, da autorização das concessionárias, que são também solicitadas pelo empreendedor e que devem constar dentro do processo do licenciamento ambiental. Destacar que a Audiência Pública ela serve então para colher as informações, as contribuições dos questionamentos, qualquer manifestação que seja de interesse nessa Audiência Pública referente principalmente aos estudos ambientais, salientar que essa Audiência Pública ela não é um fórum de decisão em relação ao processo de licenciamento ambiental, mas sim justamente para que a gente possa colher e ter a participação da comunidade dentro do processo do licenciamento. Lembrar que além da Audiência Pública, existem outras formas de participação no processo de licenciamento ambiental. O processo ele é um processo público dentro do sistema eletrônico de informações. Então qualquer cidadão pode ter acesso ao SEI como usuário externo solicitar para que possa acompanhar toda a documentação, visualizar toda a documentação que tem dentro do processo do licenciamento ambiental. Também por meio da ouvidoria, pode encaminhar suas manifestações, suas solicitações de informações, bem como apresentar, caso seja interesse, também alguma carta protocolada aqui no Brasília Ambiental para que possa ser juntada aos autos e também, se for necessário, a realização de alguma reunião técnica, alguma reunião aqui com a equipe do Brasil Ambiental. Só reforçando, então, que essa transmissão ela está sendo feita no canal é do Brasília Ambiental, no YouTube, o ponto de acesso físico conforme previsto na resolução CONAMA 494, de 2020. Então as pessoas que têm dificuldade com alguma dificuldade de acesso podem acompanhar presencialmente essa Audiência Pública na Administração Regional de Sobradinho, localizada na Quadra Central, no

Setor Administrativo, lote A, Sobradinho. Então, lá tem o ponto que está sendo transmitida essa Audiência Pública para que as pessoas que têm alguma dificuldade de acesso à internet possam acompanhar a transmissão e participar da Audiência Pública. Em relação aos encaminhamentos aqui, das contribuições, das manifestações, perguntas aqui para a mesa a gente tem 3 canais que a gente disponibiliza que as pessoas podem encaminhar, então suas contribuições. Pelo WhatsApp, no telefone (61) 99248 9698. O encaminhamento pode ser em formato de texto ou formato de áudio, dando preferência para o formato de texto e o formato de áudio para quem tiver alguma dificuldade de encaminhamento pelo formato de texto. Então, pode ser encaminhado então pelo canal do WhatsApp. A gente está regularizando aqui o link e vai na descrição desse vídeo, vai ter aqui o endereço aqui do WhatsApp para que vocês possam visualizar também. Pelo e-mail também a outra possibilidade, principalmente para quem quiser encaminhar alguma documentação, que tem algum arquivo que às vezes não possa ser encaminhado também pelo WhatsApp. Pode ser encaminhado então pelo licenciamento.ibram@gmail.com aqui na tela está aparecendo aí para vocês tanto o número do WhatsApp quanto o e-mail para encaminhamento. No site do Brasília ambiental consta todas as informações referente a essa Audiência Pública. O regulamento completo da Audiência Pública, a publicação dos avisos de Audiência Pública e também o estudo ambiental que vai ser alvo aqui da nossa Audiência Pública hoje. Posteriormente a nossa Audiência Pública a gente inclui a apresentação que vai ser feita aqui na audiência com a exposição técnica e esse vídeo do YouTube, ele fica disponível para que qualquer pessoa possa acessar também posteriormente Audiência Pública. Além dessa contribuição aqui durante a Audiência Pública em até o no prazo de até 10 dias contados da data da realização aqui da audiência podem ser encaminhadas também manifestações pelo e-mail, licenciamento.ibram@gmail.com ou pelo e-mail da superintendência de licenciamento, que é sulam@ibram.df.gov.br. Vou repetir aqui sulam@ibram.df.gov.br. Então, no prazo de até 10 dias, podem ser encaminhadas também novas contribuições essas contribuições vão ser respondidas também e encaminhadas e incluídas na ata completa da Audiência Pública, que é divulgada no site do Brasília Ambiental em até 30 dias da data da realização dessa Audiência Pública. O chat do YouTube, também é um canal válido para o encaminhamento das contribuições. Ele fica como um canal de interação também entre os participantes. Então, é qualquer interessado que quiser encaminhar pelo chat, lembrando que o chat tem uma limitação ali de caracteres, então caso seja uma pergunta que precise de um texto maior, o ideal é que seja encaminhada pelo nosso contato do WhatsApp. Mas quem se sentir à vontade de encaminhar também pelo chat a gente pede que sinalize que quem vai encaminhar um questionamento aqui pra gente, a gente vai anotar essa contribuição também vinda do chat. Então, perguntas que podem ser encaminhadas pelo chat também. A gente só pede que sejam encaminhadas mesmo interessado, agrupe as suas dúvidas ali, os seus encaminhamentos para que facilite para que a gente possa encaminhar aqui pra mesa as contribuições. Se foram encaminhadas alguma mensagem de áudio, a gente pede que o que seja no prazo de até 3 minutos, para que a gente dê tempo também da gente fazer, encaminhar para a mesa que todas as contribuições dentro do prazo da nossa Audiência Pública. Bom, em relação a Audiência Pública, caso não haja tempo para gente fazer o encaminhamento de todas as manifestações, aquelas manifestações que de ficarem de fora aqui da Audiência Pública em virtude do nosso prazo do tempo, da nossa Audiência Pública elas também são incorporadas à ata completa da Audiência Pública e as manifestações, respondidas tanto pelo IBRAM ou pelo empreendedor ou mesmo pela consultoria ambiental a depender do assunto, do tema, do questionamento. A duração da nossa Audiência Pública, então ela tem um prazo de duração máxima de 2 horas, sendo possível seu encerramento antecipado, caso as manifestações dos interessados tenham sido realizadas e já tenha tido tempo hábil para a gente fazer a leitura de todas os questionamentos e as devidas respostas aqui pela mesa. Atingido o prazo máximo de duração poderá ser prorrogado em até 30 minutos o prazo da nossa

Audiência Pública. A Audiência Pública ela é dividida em 4 blocos. A abertura, com a leitura aqui no regramento das principais regras de funcionamento da nossa Audiência Pública e agora em seguida, a gente passa para a exposição técnica de até 30 minutos, podendo ser concedido um tempo adicional de 15 minutos para o término da exposição técnica. Finalizada a exposição técnica a gente faz um intervalo de 15 minutos para organização nossa aqui das contribuições que vão ser encaminhadas pelos participantes. Voltamos após esse intervalo de 15 minutos para apresentação das manifestações e as respostas aqui da mesa. Finalizando, fazemos o encerramento da nossa Audiência Pública como o ato final do nosso evento aqui, da nossa Audiência Pública. Bom, finalizada essa parte aqui de apresentação do regramento eu vou passar a palavra para o João Vitor ele é diretor da empresa da consultoria ambiental da APOENA Engenharia Ambiental responsável aqui pelo estudo, pelo estudo ambiental dessa noite e vai fazer apresentação aqui do mesmo. Então vou passar a palavra agora para o para o João e a gente retorna após o encerramento aqui da exposição técnica. Obrigado.

Senhor João Victor (18:34) discursão

Bom, retornando aqui as atividades, boa noite a todos que estão participando aí da apresentação e discussão do relatório de impacto de vizinhança. Vamos dar início aqui discussão do assunto e a apresentação do estudo, que foi elaborado pela empresa APOENA Soluções Ambientais. Bom, o local em Sobradinho, Setor de Expansão Econômica, o endereço é o Setor de Expansão Econômica de Sobradinho, quadras 15 a 21 e áreas especiais, 01 a 04. Então, bom, o interessado empreendedor é a Companhia Imobiliária de Brasília, TERRACAP. O processo de licenciamento ambiental, conduzido ao 39100002720 de 2023 dígito 11. Bom, aqui é uma exposição geral de como é que a gente organizou apresentação. Então, inicialmente a gente vai fazer a identificação do empreendedor, depois a gente entra na temática de caracterização geral do empreendimento abordando os aspectos urbanísticos, localização e acessos viários. O zoneamento urbanísticos, tanto em relação ao PDOT, as diretrizes urbanísticas específicas do empreendimento, o zoneamento ambiental entra um pouco no viés também de diagnóstico ambiental mapeando as áreas de influência direta e indireta, aborda o meio físico, meio biótico, fauna e flora, socioeconômico, um pouco de infraestrutura, entra no prognóstico, nas medidas mitigadoras e programas de ação e entra também na parte de programa de planos de acompanhamento e monitoramento e logo após entra na conclusão do estudo. Então, essa é a organização que a gente vai seguir, item a item aqui da apresentação. Bom, então, falando um pouco da identificação do empreendedor, então, como já foi falado, a Companhia Imobiliária de Brasília, TERRACAP, ela é a interessada. O CNPJ é o 00359877-1000 de ré, 73. O endereço do relatório de impacto é Setor de Expansão Econômica de Sobradinho, quadras 15 a 21 e áreas especiais, 01 a 04. O estudo ambiental que está sendo apresentado, novamente, é o relatório de impacto de vizinhança. Atividade, parcelamento de solo urbano. O processo já comentei e a área total do parcelamento é 13,66 hectares. São alguns dados da empresa que elaborou o estudo ambiental, que é APOENA Soluções Ambientais e eu o João Vitor, sou representante legal da empresa. Bom, abordando um pouco das questões urbanísticas que é um processo que foi conduzido na SEDUH e está sendo conduzido na SEDUH por meio desse 0011100000217/2018-45. O projeto preliminar de urbanismo que foi desenvolvido pela equipe técnica da TERRACAP. Então, a gente vai falar um pouco aqui das questões urbanísticas também do que que é o projeto em si. Bom, a caracterização geral do empreendimento. Quais são as atividades que estão previstas? Então, é a criação de 184 unidades imobiliárias, com dimensões variando de 200 m² até 5500 m². Desses 184 lotes, 116 lotes, eles vão ser industriais e residenciais, a possibilidade de ser residencial também, 64 lotes industriais 01 que envolve comercial, prestação de serviços, institucional, industrial e 4 lotes destinados à implantação de

equipamento público e uma área de ELUP destinada a implantação de uma praça. Então, aqui é uma exposição aqui aonde aqui, dentro do projeto, a concepção do projeto são as áreas especiais em azul. Os lotes margeando eles, são os lotes residenciais, industrial e residencial, com a possibilidade de utilizar residencial também. Em rosa mais claro são os industriais 01. Então, onde não é permitida atividade, por exemplo, de residência. Apresentando um pouco do empreendimento a com relação às áreas. Então a área total, 13 hectares, 13,6, o que totaliza 100% da dimensão da gleba. Desses 116 lotes, são residenciais e industrial com esses tipos de uso comercial, prestação de serviço, institucional, industrial e residencial o que totaliza algo em torno de 20% da porção da gleba, 64 lotes são industriais 01, 04 lotes institucionais de equipamento público e totalizando, esse total dos 184 lotes conforme informado. Do total, 64% da gleba é o ocupado por terreno. Os outros 45% da gleba ela é utilizada para áreas públicas. Então, esse é o quadro. Então, aqui a gente vem com algumas percentagens de equipamentos públicos que vão ser colocados e aqui a área do parcelamento. Com relação à taxa de permeabilidade, ao quadro de permeabilidade, o dado mais importante que a gente tem que abordar é a área total, a taxa total de permeabilidade, onde está previsto dentro da concepção que 16,41% da gleba total, vai ser área permeável. Isso atende às diretrizes do zoneamento de ocupação especial de qualificação da APA do São Bartolomeu. Então, toda a concepção que foi feita em cima do projeto, ela seguiu as diretrizes e a taxa de permeabilidade ela é um limitante e que foi abordado ou que foi levado em consideração dentro do contexto de projeto preliminar. Bom, com relação a densidade, é densidade demográfica, a taxa de permeabilidade, a taxa de habitantes densidade demográfica ela varia de 50 a 150 habitantes na sua totalidade. Então, a densidade bruta prevista 1624 habitantes. O que dá uma densidade de 118,67 habitantes por hectare, ou seja, dentro da regra dos 150 habitantes por hectare levado em consideração com a densidade máxima prevista pelo PDOT. O coeficiente de aproveitamento ele também está compatível com as diretrizes urbanísticas específicas do empreendimento, que essa 40 de 2021. Então, o pessoal da equipe técnica da TERRACAP, da parte de arquitetura, levou isso em consideração também essa questão do coeficiente de aproveitamento. A taxa de permeabilidade, mais uma vez ela é 16,41, atendendo a ao zoneamento ambiental da APA do São Bartolomeu, do Rio São Bartolomeu que é o parcelamento está inserido. Apresentando um pouco do sistema viário para proposto. Então, está previsto as vias de circulação de coletora, via de circulação de vizinhança 2, calçada e ciclofaixa. Então, o que que a via de circulação coletoras? São 2 faixas de rolamento por sentido, dívidas por canteiro central e caixa de 07 metros estacionamentos públicos ao longo. Então, a via de circulação ela é a linha tracejada. Então, ela vem toda contornando todo o empreendimento com alguns encaixes aqui para poder o fluxo veicular que ser permitido. A via de circulação local é essa em verdinho, que são as vias locais realmente do setor. A ciclofaixa contornando aqui toda a parte do empreendimento O DER por meio do Ofício 583 de 2022 ele informou que não consta estudos projetados para aquela região e ele também informa também que não há nenhum tipo de impedimento para prosseguimento da análise do parcelamento, ou seja, foi consultado ao órgão gestor de sistema viário no Distrito Federal e ele se posicionou favorável também para a continuidade da análise do empreendimento. Então, não houve óbice com relação a isso. Aqui apresentando um pouco da localização e acessos viários da gleba. O principal acesso hoje, que é a região de Sobradinho ele é feito pela BR 020. Então, aqui a gente pode ver a localização, então você tem a cidade de Sobradinho e você tem um Setor de Expansão Econômica de Sobradinho aqui e aí a manchinha em vermelho é onde que a área do parcelamento é uma praticamente uma tripinha dentro do contexto da malha urbana. Aqui são alguns, são os vértices da poligonal. Com relação ao zoneamento urbanístico do plano diretor de ordenamento territorial, a zona, área do parcelamento ela está inserida em zona urbana de uso controlado 2, que permite é predominante habitacional e de baixa e média densidade, com enclaves de alta densidade, sujeito às restrições impostas pela sensibilidade ambiental e proteção dos mananciais. Então, o uso pelo PDOT ele é

permitido. Então, o projeto preliminar de urbanismo, elaborado pelo parcelamento, respeitou os parâmetros de densidade de taxa de ocupação, que foi o que a gente já comentou, a densidade média também. A gente já comentou que é 118 habitantes por 118 habitantes vírgula 67 por hectare, dentro da faixa de 50 a 150 habitantes, previstas também para o local. E o importante informar novamente que o projeto preliminar considerou todas essas diretrizes urbanísticas previstas na DIUPE 40 de 2021. Bom, aqui é mais uma informação também do projeto de projeto preliminar de urbanismo. Então, ele está embasado na DIUPE 40 de 2021, que foi SEDUH, Secretaria de Habitação do Distrito Federal que emitiu. A TERRACAP com base nessas diretrizes urbanísticas, elaborou o projeto. Então, mais uma vez apresentando um pouco do projeto, são as áreas especiais, 01 a 4, que está prevista. A colocação de uma praça hoje e os lotes é industrial em rosinha mais claro, e a possibilidade de ser colocado industrial como residencial também. Aqui é um quadro de com algumas informações, digamos que sejam algumas taxas de ocupação. Então, coeficiente máximo de edificação. São algumas coisas que eu não vou me ater muito no detalhe, mas que dentro do contexto de projeto e dentro da regra previamente estabelecida pelas diretrizes urbanísticas ela foi levada em consideração. Então aqui são 184 unidades, 116 lotes residenciais, 64 industriais, 4 lotes e um EPC praça. Do ponto de vista de zoneamento ambiental o empreendimento ele está inserido dentro da APA de proteção do Rio São Bartolomeu, mais especificamente na zona de ocupação especial e qualificação. Então, o que que prevê? Quais são as normas da zona de zona de especial qualificação? É permitido o uso predominantemente habitacional de baixa e média densidade demográfica. Um comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários, inerente a ocupação. As áreas degradadas devem ser qualificadas, recuperadas. O parcelamento deve adotar medidas de proteção do solo, de modo a impedir processos erosivos, assoreamento de nascente, curso de água. A área de permeável também é um fator limitante 16,41, atendendo as regras pré-estabelecidas aí pelo zoneamento. Bom, em termos de resolução CONAMA 428, de 2010, no raio de 2 km do empreendimento você tem a unidade de conservação da APA do São Bartolomeu. Em um raio de 3 a 5 km, tem um parque, o centro urbano de lazer e cultura de Sobradinho, o Parque Jequitibá, Parque Ecológico Vivencial. Então, esse mapinha aqui ele mostra os raios inerentes ao raio de 2 km o raio de 3 km, raio de 5 km e o raio de 10 km. Quais são as unidades ambientais, unidades de conservação que são afetadas direta ou indiretamente pela implantação do empreendimento. Então, você vê que dentro do contexto de rádio, 10 km, ele é o que abrange maior quantidade de unidades de conservação. Em termos do zoneamento econômico ecológico, o empreendimento ele está em subzona de dinamização produtiva, com equidade 6 que possui as seguintes diretrizes, observância o risco de contaminação do subsolo que ela vai ser diminuída em função do esgotamento sanitário porque a CAESB, a princípio, vai atender o empreendimento. Redução de perdas de água. São regras, são diretrizes. A redução de perdas de água na rede conta da concessionária na extração e na distribuição, priorizando o monitoramento e intervenção nas regiões administrativas com perdas superiores a 20% e isso vai ter que ser é monitorado. As intervenções a unidades hidrográficas do Ribeirão Sobradinho, no alto do Rio São Bartolomeu com vistas ao predomínio, cumprimento das resoluções do Conselho Regional de Recursos Hídricos, relativa ao enquadramento de águas superficiais e subterrâneos do Distrito Federal. Então, isso tem que ser observado ao longo... são as diretrizes para a zona que se encontra o empreendimento. Em relação às unidades hidrográficas, o empreendimento está na unidade do Ribeirão Sobradinho. Não tem interferência, com áreas ambientalmente protegidas, como áreas de preservação permanente de curso de água, nascente e declividade. Então, esse aqui é um mapa com a localização do empreendimento em relação às unidades hidrográficas do entorno. Em relação às áreas de proteção de manancial, também o empreendimento também não está inserido em nenhuma unidade, nenhuma área de proteção. As unidades mais próximas estão situadas a 3,7 quilômetros de distância, 10,2 quilômetros de distância, e elas estão em

unidades hidrográficas diferentes. Então aqui é como se aqui é o empreendimento. Aqui em hachura são as áreas de proteção de mananciais mais próximas do empreendimento. Então, essa aqui a princípio seria mais 3.7 km de distância e tá em unidade hidrográfica diferente. Bom, com relação à área de preservação permanente, também não encontra, a gente não está inserido em nenhuma unidade, nenhuma área de preservação permanente, sendo que a mais próxima, que é do Ribeirão Sobradinho, ela está localizada praticamente quase a 1 km de distância, 950 metros. Então, aí seria esse quadrante aqui que a gente estaria quase 1 km de distância da área de preservação permanente mais próxima do empreendimento. Bom, o corredor ecológico também o empreendimento também não interfere com nenhum tipo de corredor ecológico. O mais próximo está a 900 m de distância, também praticamente a mesma distância da área de preservação permanente. Com relação às áreas de influência o que o estudo levou em consideração? O estudo, ele abordou que a área de influência direta é de foi definida como a área do parcelamento. Então, é essa seria a área de influência direta para o meio físico, meio biótico, meio socioeconômico. Então totalizando 13,66 hectares. Do ponto de vista de área de influência indireta para o meio físico, a gente considerou a microbacia do Córrego Capão Comprido, que seria essa partezinha em rosa aqui. Para o meio biótico, considerou também a parte da microbacia. Então, tanto para área do ponto de vista de meio físico, meio biótico foi considerada essa microbacia do Capão Comprido. Já para o meio sócio econômico, a gente considerou toda a unidade de Sobradinho, na Região Administrativa de Sobradinho, para a gente ter um, traçar um perfil. Bom, com relação à geologia. O empreendimento está sobre as rochas do metarritmito argiloso do grupo Paranoá. Ele não, ele não foi, a gente não visualizou no caminhamento que a gente fez, não foi constatada a presença dele. Então, ele não aflora na área de estudo. Do ponto de vista de pedologia a gente que é a parte de solos, a gente identificou 2 tipos de solo predominante na área. Então, você tem a porção central da gleba, em latossolo amarelo nos seus extremos você tem a parte de latossolo vermelho. Então, são solos não hidromórficos com horizonte moderado e horizonte B latossólicos de textura argilosa média são solos espessos profundos, permeáveis bastante intemperizados praticamente sem minerais com fraca distinção entre os horizontes. Então, aqui é um perfil do tipo de solo que a gente encontrou na área. Então, é mais ou menos nessa porção aqui desse do terreno. Bom, do ponto de vista de geomorfologia, que é a parte de relevo é uma área praticamente plana também. Então, com declividades inferiores até 10%. Então, essa aqui é um é uma visada da área. Então, você vê que ela é praticamente plana e esse aqui é um outro ângulo de visada também da do perfil da propriedade da glebinha que a gente está parcelando. Então, esse aqui a gente está na parte de planos intermediários. Bom, do ponto de vista de erodibilidade (?) dos solos o empreendimento ele praticamente ele está composto entre os 10%, então ele é uma, ele possui quase nada de erodibilidade, baixa erodibilidade com declividades inferiores 10% e não se não se observou na região ou no caminhamento que a gente fez processo erosivo, algum tipo de ravinamento. Então, esse aqui é o mapa de declividade que a gente elaborou para o empreendimento. Do ponto de suscetibilidade a erosão também mesma coisa. Então, a gente fez uma abordagem onde a parte central apresentou muito baixa erodibilidade, suscetibilidade a erosão e na parte extrema você chega à baixa, média suscetibilidade. Então, fizemos ensaios, sondagens, tudo para constatar os potenciais erosivos, aí da região e que sempre apontaram ou que apontarão de que seria a baixa ocorrência de processos erosivos, carregamento de sedimento, essas coisas. Bom, do ponto de vista de hidrogeologia, então do domínio poroso está no domínio do P1 que possui condutividade hidráulica alta. Do ponto de vista de fraturado, ele está sobre o sistema R4, que é caracterizado litoral de litologicamente pelos metarritmitos argilosos do grupo Paranoá apresentando importância hidrogeológica mediana. Então, o que a gente pode constatar é que o projeto urbanístico se encontra fora de recarga regional aquífero. Então, não vai prejudicar do ponto de vista hidrogeológico a implantação do empreendimento. Bom, é a caracterização de áreas degradadas. A área em si, desde antes de 91 a gente vai

mostrar mais adiante. Ela já apresenta o algum grau de degradação. Então, aqui a gente fez um caminhamento aqui é um mapa de área degradada, então praticamente toda a vegetação já foi suprimida e com alguns pontos de solo exposto. Então, a infraestrutura urbana especial pavimentação vai recuperar a ideia é que essa haja uma recuperação após a implantação da infraestrutura. Assim, será também feito um projeto de arborização e paisagismo também com predomínio de espécies nativas do cerrado. Então, esses pontos expostos, eles vão ser corrigidos com a implantação da infraestrutura. A gente fez também para a gente ter noção, um exame da qualidade da água do Ribeirão Sobradinho. Nesse ponto em amarelo aqui que a gente fez logo na VC, na VC 249. Então, a gente fez essa abordagem de qualidade da água do Ribeirão Sobradinho para gente constatar como é que antes da implantação do empreendimento como é que estava se comportando o córrego. Então, os parâmetros de ferro, PH e turbidez, eles estão não conformes. O restante dos parâmetros que a gente analisou, todos estavam dentro da resolução e dentro da classe 2 da resolução do CONAMA 357 2005. Então, relativamente à qualidade da água do Ribeirão Sobradinho nesse ponto que a gente mostrou, ele tá conforme, ele não está tão ruim. Do ponto de vista de meio biótico a gente traçou aqui um histórico de ocupação. Então, essa aqui é uma imagem de 1991, onde ele já apresenta algum tipo de degradação, algum perfil de degradação associado, principalmente a malha urbana, área de expansão econômica aqui de Sobradinho já. Então, você tem uma imagem de 2009 que já apresenta também algum indicativo. Você não vê presença de vegetação nativa você não veio nenhum sinal disso. Idem a parte de 2018 também a imagem 2018 que ele mostra a mesma coisa. Então, é o que que a gente, o que que a gente constatou? Que antes de 1991, a área já apresentava total descaracterização da sua paisagem natural. A cobertura vegetal é composta por um mix de capim exótico, presença de poucos remanescentes de áreas isoladas nativas do bioma cerrado, além da deposição irregular de lixo e entulho, principalmente com associada ao setor de expansão econômica. Então, as pessoas utilizam a área hoje para deposição de entulho. Aqui mostrando um pouco da situação atual. Esse é um sobrevoo que a gente fez há pouco tempo na área. Então, você consegue ter uma perspectiva do que é hoje a degradação do que que é a área. Então, você vê poucos indivíduos isolados, de vegetação, de mata, de vegetação e muito alguns pontos de solo exposto como foi apresentado naquela imagem anterior. Então, esse aqui é um ângulo de visada, e aqui é outro ângulo de visada no empreendimento. Então, a vegetação hoje é capim, praticamente é capim e poucos indivíduos arbóreos isolados aí. A parte de inventário Florestal foi feito pela equipe técnica da TERRACAP a APOENA ela compilou os dados e colocou no relatório, então foi realizado um censo florístico. A metodologia que foi utilizada em um censo onde enumera todos os indivíduos arbóreos. Na área foram identificados 36 indivíduos isolados, 4 árvores tombadas, que gerou uma compensação florestal de acordo com o Decreto 39469 de 2018, um com repasse financeiro no valor de R\$560,00 aí que a TERRACAP teoricamente, vai ter que pagar em função da supressão de vegetação desses indivíduos isolados aí. Bom, do ponto de vista de fauna a gente fez, a equipe técnica fez alguns caminhamentos na área, então há um predomínio hoje de animais exóticos a gente não constatou nenhuma presença de animal com relação de cerrado, propriamente, de mamífero de grande porte, médio porte. O que você consegue constatar mais na área é justamente esses animais aqui de pardal, João de Barro, anú preto, coruja buraqueira, quero-quero, calango verde, lagartixa, gato, cachorro, cavalo, então esses são alguns aqui. Algumas fotos que a gente constatou que a gente tirou na área, então é com relação a fauna, não tem muita importância também. Então a gente constatou que não teve um, não vai afetar a fauna, tanto a parte de floras e constatou que ela está degradada e a parte de fauna também não está (?) prejudicada com implantação do empreendimento. Hoje você tem praticamente predomínio de animais exóticos. Do ponto de vista de socioeconômico a população de Sobradinho hoje ela é possui 73.438 habitantes, sendo 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino. A média de idade é de 36,1 anos. Há então, essa aqui é a pirâmide hoje da Região

Administrativa de Sobradinho. Com relação à trabalho e renda. Constatou-se que a grande maioria da população ela se locomove para o plano piloto, para fins de trabalho e uma outra percentagem permanece na própria Região Administrativa de Sobradinho para fins de trabalho. A renda domiciliar da região administrativa, ela varia entre 2 a 5 salários mínimos, com a sua predominância. Então, 36,2% da população de Sobradinho, está entre essa faixa de 2 e 5 salários mínimos hoje. Com relação a transporte, a grande maioria utiliza automóvel para se locomover, sendo 63% praticamente da população hoje atual utiliza o automóvel e um pouco menos o ônibus para poder se locomover. Distribuição de domicílio a grande maioria possui casa fora de condomínio representando praticamente 44% da população e os outros 21% casas dentro de condomínio. Então, você tem um predomínio maior de casas fora do condomínio. Bom, aqui é uma figura que a gente trouxe de alguns equipamentos públicos que têm na região do empreendimento. Então, você vê que aqui tem uma gama de Sesi, biblioteca pública, espaço cultural, teatro, ginásio. Então, você está espalhado tudinho na região. Você tem posto policial próximo, você tem a quadra, você tem a delegacia de polícia civil, polícia militar, bombeiro, segurança, Detran, tudo dentro do contexto de equipamento público comunitário para o equipamento público propriamente dito, dentro da Região Administrativa de Sobradinho. Eles estão espalhados e que porventura, poderiam também atender a demanda a ser gerada pelo empreendimento. Do ponto de vista de infraestrutura urbana, o IBRAM solicita a descrição dos sistemas atuais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, fluviais, energia elétrica e coleta de resíduos sólidos com manifestação das empresas concessionárias da cerca da capacidade de atendimento de possíveis interferências. Então, foi feito pela TERRACAP as consultas as concessionárias. A CAESB com relação a abastecimentos de água s CAESB por meio da carta 128 de 2020 encaminhou o termo de viabilidade de atendimento do empreendimento EPR 20/075. Ela informou dentro dessa carta de viabilidade desse tema de viabilidade que a região do empreendimento é abastecida pelo sistema de Sobradinho/Planaltina. Para atendimento hoje do empreendimento, faz necessário executar um reforço na rede existente até o empreendimento ser atendido pelo sistema independente. Hoje, qual que é a ideia? A ideia é fazer poço tubular profundo lá para poder viabilizar o empreendimento até a camisa chegar fazer esse reforço na rede. Então, a TERRACAP deverá solicitar as outorgas necessárias para tanto da ADASA para abastecimento de água. Do ponto de vista de infraestrutura urbana, de esgotamento sanitário a mesma carta da CAESB ela informa a possibilidade de atendimento, não tem interferência na rede de rede na área. O empreendimento se localiza na bacia de atendimento da ETE Sobradinho e será possível seu atendimento por meio do sistema existente. Então o empreendimento hoje ele vai ser atendido do ponto de vista de esgoto pela CAESB, água não tem atualmente não tem condições de ser atendido, então a metodologia vai ser implantação de posto tubular profundo. Com relação à esgoto, vai ser um ponto, foi estabelecido um ponto de conexão da rede que essa pontinha aqui. Então, todo o esgotamento sanitário da vai ser captado, coletado e direcionado para a estação de tratamento de esgoto de Sobradinho, que também tem condições de tratar o esgoto do empreendimento. Do ponto de vista de infraestrutura, de drenagem, drenagem de águas pluviais, a NOVACAP por meio da do ofício 502, de 2019 ela informou que não existe interferência de rede na região. Não há previsão de implantação do sistema de águas pluviais para local, sendo de responsabilidade do empreendedor elaboração do projeto de águas pluviais observando a resolução 09 de 2011 da ADASA. Então, com base nessa diretriz, a TERRACAP traçou alternativa de fazer o lançamento direto no córrego. Então, é vai ser captado água pluvial do empreendimento vai ser lançado em 2 bacias de retenção, tanto de qualidade quanto a quantidade. Após essa captação, ela vai ser lançada diretamente no Ribeirão Sobradinho. Então, aqui é uma perspectiva. O empreendimento está aqui, você tem uma rede, 2 bacias de qualidade e quantidade e posteriormente, lançamento do Ribeirão Sobradinho. Essa alternativa que está sendo traçada. A CEB, ela se manifestou referente à energia elétrica que não tem, não tem

interferência de rede. A Neoenergia, com relação à capacidade, a viabilidade de atendimento, ela ainda não se manifestou, mas que o que a gente espera também que seja viável. Nunca vi um caso contrário. O SLU ele se posicionou também falando que é está apto a coletar os resíduos e que não gerará grande impacto na sua coleta normal hoje. Então, não teria grandes óbices também com relação ao empreendimento, ele só dá as diretrizes que os sacos para os resíduos deverão ser acondicionados em sacos plásticos descartáveis e depositado na área externa ao parcelamento em frente ao lote. É a única condicionante ele coloca aí para a questão dos resíduos sólidos. Entrando um pouco no prognóstico dos impactos você tem as fases de planejamento, implantação e operação. Então a parte de planejamento, os impactos que são gerados na fase de planejamento, ele é a geração de emprego, a preservação de áreas ambientalmente sensíveis e a minimização dos impactos gerais além da parte de geração novamente de emprego no serviço de campo. Do ponto de vista de implantação, é onde é que a gente encontra a maior quantidade de impactos. Então, aqui você tem a coluna de quais são os as ações impactantes e quais são os impactos propriamente dito. Então, mobilização de mão de obra de instalação de canteiros, geração de emprego, a retirada cobertura vegetal, dinamização, supressão da vegetação, diminuição da biodiversidade local, aumento da suscetibilidade do solo, alteração da microclima, movimentação de solo você tem dispersão de partículas do solo no ar, aumenta a suscetibilidade a erosão, alteração do ciclo hídrico da região, (?) na região, implantação da estrutura você tem alguns outros impactos também, dispersão de partículas, geração de ruído. Dentro da parte da ocupação, de operação do empreendimento também você tem a parte de que aumento do volume de carro, geração de resíduos, aumenta a demanda de serviço público. Então, aqui é a parte de quais são os impactos e ações impactantes aqui do empreendimento. Então, a grande maioria vai ser gerado durante a instalação do empreendimento. Bom, do ponto de vista de mitigação dos impactos, a gente também a gente mapeou todos. Então, com relação a remoção da vegetação em fragmentação da paisagem, aqui também tem a lista de quais são e como é a forma de controle de mitigação de cada impacto. Então, por exemplo, eu vou dar um exemplo, porque a lista é grande, então evitar o máximo derrubada de espécies tombadas, que são só 4, também devidamente identificados em inventário, retirar topsoil e armazená-lo, Implantação de áreas verdes associadas ao remanescente, proibir circulação de movimentação de máquina, a arborização do sistema viário, retirar devido e realizar a devida compensação ambiental. Então assim, desenvolvimento de processo erosivo qualquer forma de mitigação, uso de trincheira de infiltração, conter a recuperação de processos erosivos durante do surgidos durante a obra, priorizar a fase de implantação, emprego de paisagismo. Então, aqui você tem uma série de medidas de impacto. Você tem quais são os impactos e a forma de controle de cada um. Então, durante as suas etapas, suas fases lá de planejamento, implantação e operação. Eu não vou ficar lendo muito o que cada um, porque eu acho que que é muita informação e a gente vai perder um tempo danado. Eu tenho um tempo também corrido aqui pra poder fazer essa apresentação, mas isso está tudo previsto dentro do estudo ambiental, dentro, dentro de inclusive comentado dentro do relatório que foi feito tem essa abordagem com mais cautela, com mais cuidado. Quem quer ter acesso ao estudo que está na página do IBRAM. Então, está disponível. E aqui mais continuando, quer dizer, quais são os impactos e as medidas. E agora, entrando na parte de plano de acompanhamento e monitoramento. Então, foram feitos aqui diversos programas, está programa de monitoramento de ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação, espécies de fauna e monitoramento, programa de monitoramento de influência da obra, programa de controle de controle e monitoramento de ruídos e vibração, programa de controle e monitoramento de emissões atmosféricas. Então, foram propostos diversos programas e quem que vai assumir durante a fase de implantação e operação. Basicamente toda, todos os programas previamente previstos dentro do estudo a TERRACAP vai executá-los ao longo do caminhamento da obra. Então, e cada e mais uma vez, cada programa desse dentro do estudo ambiental está detalhado aqui. Eu trouxe de uma forma muito

resumida. Então, para a gente ganhar tempo na apresentação, mas dentro do estudo tem o seu detalhamento, sua frequência, o conteúdo de que cada programa desse tem que vai abordar. Então, concluindo a apresentação. Considerando que o parcelamento de solo, está em zona urbana de uso controlado 2 em área da TERRACAP, proporcionando uma expansão urbana de maneira ordenada para a região de Sobradinho. Considerando que o projeto preliminar de urbanismo desenvolvido pela TERRACAP atender os parâmetros urbanísticos fixados pela DIUPE 40 de 2021. Considerando que a relação aos aspectos legais e compatibilidade do projeto a área está de acordo com os usos propostos. Considerando que do ponto de vista de aspectos ambientais, o parcelamento em estudo está localizado em área que já possui suas características ambientais alterados e próximo a área urbana consolidada não incidido sobre qualquer categoria de áreas de preservação permanente. Considerando que a área da área, do ponto de vista geotécnico, é favorável ocupação. Considerando que a infraestrutura urbana a ser implantada seguirá, atenderá às normas gerais GDF. Considerando que os impactos são típicos da atividade desenvolvida e possuem metodologia de mitigação. A empresa APOENA, considerando a avaliação realizada, a equipe técnica se posicionou favorável à viabilidade a emissão da licença prévia para o empreendimento. Então, essa é a conclusão do estudo diante de todas as informações que foram geradas e que foram conduzidas e que foram elaboradas. O posicionamento da empresa até que seja concedido a licença prévia para o empreendimento. Então, aqui a gente termina a apresentação do empreendimento, dando sequência aqui, o Antônio entrar discussão dele.

Senhor Antônio Terra (57:54)

Bom, agradecer ao João Victor aqui pela apresentação, pela exposição aqui do estudo ambiental. Como previsto e a gente já havia antecipado aqui, na leitura do regulamento agora a gente faz um intervalo de 15 minutos que a gente é utiliza para fazer aqui a nossa organização aqui dos encaminhamentos das manifestações. Então, quem ainda tiver interesse pode encaminhar suas manifestações, suas contribuições para que a gente possa na sequência, após aqui o intervalo dos 15 minutos voltar aqui para a nossa audiência, com a leitura e as nossas manifestações aqui da mesa. Agora são 20 horas e 15 minutos, então a gente retorna às 20H30min dando sequência na nossa audiência pública. Obrigado. (intervalo)

Senhor Alisson Neves (75:52)

Boa noite. Meu nome é Alisson Neves e venho dar continuidade aqui a A audiência Pública que trata da licença prévia dos SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DE SOBRADINHO. Vencido as 2 primeiras etapas da Audiência Pública a tanto a é introdução, com regramento da audiência, quanto com a apresentação do projeto através da APOENA, que é a empresa responsável pelo estudo ambiental, iniciamos agora a terceira fase, que é a fase de interação, a fase de participação de todos que estão acompanhando a Audiência Pública. Nesse momento a gente vai fazer aqui as leituras de algumas perguntas e comentários recebidos das perguntas e comentários recebidos nos canais que foram divulgados no primeiro momento, seja no YouTube, seja pelo WhatsApp, seja por e-mail, é e que a gente vai trazer, esclarecendo que a gente continua, com esse espaço ainda aberto, então aqueles que desejam participar é da audiência através de alguma pergunta ou manifestação que faça pelos canais que foram aqui apresentados, lembrando que a audiência pública ela fica aberta para participação da população nos próximos 10 dias. O vídeo fica à disposição no canal oficial do Instituto Brasília Ambiental, mas nos próximos 10 dias ele mantém um efeito de audiência pública para receber questionamento assim como também comentários que irão compor a ata é da audiência pública, nesse processo. Então, todos estão convidados independentes daqueles que estão assistindo ao vivo, mas aqueles também

que assistiram Audiência Pública nos próximos 10 dias sejam muito bem-vindos a participar dela fazendo esse canal de interação, do processo de licenciamento ambiental para com a comunidade. Lembrando que o processo licenciamento ambiental, processo público, portanto todos aqueles que tiverem interesse tanto em acessar os autos do processo como também aqueles que têm interesse em procurar o Instituto Brasília Ambiental para dúvidas, esclarecimentos, uma reunião com comunidade, fiquem à vontade que teremos o maior prazer em recebê-los. Então, vamos começar aqui. Uma questão que eu gostaria só de especificar também a gente está falando de Audiência Pública para licenciamento ambiental, portanto, o foco da audiência pública são questões ambientais, não, raramente nós recebemos argumentos e apontamentos que não são ambientais são de ordem muitas vezes urbanísticas e outras questões inerentes ao projeto, mas que não são ambientais. Então, a gente se coloca obrigação de responder, esclarecer aquilo que ambiental. Entretanto, outro questionamento que possa parecer, nós faremos a leitura, mas não necessariamente a gente vai conseguir exaurir aqui as manifestações por conta do foco da audiência que ele é de licenciamento ambiental, mas cada pergunta a gente vai tratando da melhor forma para poder conseguir acompanhar o encaminhamento que a população vem fazer. Vou trazer aqui os questionamentos. Caso seja alguma coisa inerente ao Instituto Brasília Ambiental, eu responderei, caso seja alguma coisa inerente a APOENA, a empresa responderá e caso seja alguma manifestação que não seja questionamento, ficará registrado aqui a gente agradece a participação. Estou iniciando aqui a participação do senhor Antônio Moura, a qual nós já agradecemos a sua participação e ele fala o seguinte, quero saber como vai ser o tratamento de esgoto desse empreendimento? Já sofremos com esse esgoto lançado no nível 3. Eu acredito que está falando do nível aqui do manancial que recebe o Rio, o esgoto que é uma vergonha para nossa cidade, mau cheiro aqui na Quadra01 de Sobradinho. Eu vou passar para a empresa para falar um pouco da alternativa de esgotamento sanitário. Depois eu faço uma complementação em relação à questão ampla do esgotamento para os processos de licenciamento ambiental de parcelamento.

Senhor João Victor (79:46)

Bom, é respondendo ao seu Antônio Moura, está foi explanado, foi apresentada aqui durante e no decorrer da apresentação, a CAESB se manifestou favorável a interligação do empreendimento a rede existente já. Então, o próximo empreendimento passa uma rede e ideia, a concepção geral é que essa que o empreendimento seja interligado, essa rede existente para posteriormente ser direcionada a estação de tratamento de Sobradinho. Então, onde tem o seu preparo, onde tem a sua questão de tratamento primário, terciário, secundário. Então que está apta a receber o efluente do terreno.

Senhor Alisson Neves (80:36)

Obrigado, João Victor. Vamos lá só esclarecer essa questão também fazendo a complementação, é importante colocar que eu sempre falo que o licenciamento ambiental, ele é uma licença de estado, ela não licença especificamente do órgão ambiental. Por quê? Porque ela reúne a manifestação dos órgãos que afetam aquele empreendimento. Então, por exemplo, para que a gente consiga avançar sobre o projeto é que repercutem sobre a questão do saneamento básico. Necessariamente. A gente precisa, desde o primeiro momento do licenciamento ambiental, da manifestação da CAESB, instituição responsável, concessionária responsável por essa atribuição, assim como também no caso, havendo questões de lançamento da ADASA no caso, aí existe uma estação de tratamento de esgoto no qual ela tem outorga da ADASA e ela é licenciada. Então, esse processo todo, ele verifica todas essas questões, e uma vez que tanto todas as concessionárias, assim como também a ADASA elas se manifestam favorável a esse tipo, a lançamento, aí sim, a gente consegue trabalhar no licenciamento

ambiental. Então, é tudo conectado nesse contexto. Então aqui, o cidadão, o seu Antônio traz uma situação de mau cheiro. Eu acredito que está falando aqui do Ribeirão Sobradinho, que é o Ribeirão, nessa altura considerada de classe 3. É caso qualquer situação nesse sentido, seja sentida, se seja identificada, a gente orienta para que procurem tanto a CAESB quanto a ADASA, para poder trabalhar nesse sentido. A questão da diferença da classificação dos rios em relação classe 1, 2, 3 ou 4, ela é uma classificação estabelecida pelo Conselho de Recursos Hídricos, que no qual existe, acento a ADASA, a CAESB, o próprio Brasília Ambiental e a gente solicita que assim, havendo alguma dúvida, a população possa estar buscando informações e levando suas reclamações também para esses entes, porque dentro do planejamento, dentro do licenciamento ambiental, a gente busca informações a quem é gestor desses assuntos que no caso aí é a CAESB e a ADASA só explicando. Então, muito obrigado.

Senhor João Victor (82:43)

Só complementando a informação do Alisson aqui a gente fez análise físico-química da do Ribeirão Sobradinho, está e que constatou alguns parâmetros de não conformidade, mas de maneira geral, o córrego Sobradinho, ele tem uma qualidade, ele é em quase classificado ou encaixado como sendo classe 2. Então, essa classificação de classe 3, ela é recente.

Senhor Alisson Neves (83:06)

Vamos lá, é seguindo aqui, senhor José Roberto. A gente agradece a participação do seu José Roberto. Ele traz o seguinte, a região norte é praticamente uma região dormitório. Enfrentamos muita dificuldade no transporte com o desenvolvimento local, a justa e resolve ajustar e resolver esse grande gargalo. Eu estou lendo aqui da forma que ele colocou lá, dando qualidade de vida a população. Então ele está trazendo aqui uma argumentação em relação ao transporte público e esse é um dos assuntos que é um assunto de ordem urbanística. Só esclarecendo também, o licenciamento ele tem um licenciamento ambiental que é esse que a gente vem trabalhando aqui, mas ele também tem um licenciamento urbanístico que ele tem como gestor a Secretaria de Habitação, onde essas questões relacionadas ao transporte, ao trânsito, elas são objeto de análise e aí, logicamente que a Secretaria de Mobilidade também pode se manifestar sobre o caso. Então, a gente registra que a preocupação do seu José Roberto em relação à questão de transporte e mobilidade. E a gente orienta, que busque essas questões também junto com a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Mobilidade até com a perspectiva desse projeto frente ao impacto em relação à mobilidade. Mas eu passo aqui para o João, caso ele queira fazer também alguma. É alguma observação sobre esse assunto.

Senhor João Victor (84:25)

Bom, é com relação a mobilidade urbana. Foi feita uma consulta até recente para a Secretaria de Mobilidade, aonde foi respondida que é não haverá impacto com a implantação do empreendimento. E aí ele traça quais são as vias de circulação, quais são o tráfego e de maneira geral, quer dizer então, assim, consulta informa hoje que não terá impacto no transporte público existente dentro da Região Administrativa de Sobradinho. Então esse é um complemento. Eu não coloquei na apresentação, mas porque não é obrigatório, mas existe uma consulta e que faz parte do processo de licenciamento está contido, a TERRACAP já encaminhou isso para o IBRAM e é com essa manifestação da Secretaria de Mobilidade.

Senhor Alisson Neves (85:12)

Obrigado, João. Seguindo aqui Aurilene Pereira. A gente agradece aqui a participação da Aurilene ela fala o seguinte, estou participando dessa reunião no Setor de Expansão Econômica de Sobradinho. Sobradinho merece esse empreendimento. A gente aqui agradece a participação e registra a manifestação da senhora Aureline. Seguindo aqui o senhor Valdir Santos, ele fala o seguinte, essa audiência pública é importantíssima para o nosso setor econômico. AMPEC Sobradinho 2. A gente agradece aqui a manifestação também do seu Valdir Santos, seguindo com as manifestações, o seu Guilhermar José. Ele fala o seguinte, Sobradinho merece mais empresas, mais empregos para o desenvolvimento nessa região. a gente agradece aqui a manifestação do seu Guilhermar José. Mais uma manifestação que diz o José Roberto, tal qual a gente agradece, ele fala o seguinte, para contribuir, seria muito importante que o projeto usa-se o aproveitamento de águas das chuvas e geração de energia dos resíduos de lixo. É, eu vou fazer um esclarecimento inicial, depois eu passo por João. Caso haja algum tipo de inovação desse sentido dentro do empreendimento. Como eu coloquei a gente aqui trabalha o licenciamento ambiental, ele reúne a manifestação das concessionárias, de tudo o que é de serviço público ele precisa se manifestar dentro do processo de licenciamento ambiental para reconhecer a viabilidade ambiental. É importantíssima na abordagem do seu José Roberto, entretanto as questões de águas pluviais, elas dependem e precisam seguir toda uma normativa da NOVACAP, da ADASA assim como também os projetos precisam ser aprovados por essas tanto na ADASA em relação a outorga de lançamento quanto o projeto de drenagem precisa ser aprovado pela NOVACAP eles precisam seguir a normativa dessas instituições, dessas concessionárias, portanto, é qualquer novidade qualquer inovação nesse sentido ela precisa passar por esse crivo. Então, não necessariamente em todos os projetos, faz se possível trazer algumas inovações, ainda que tecnicamente, nós entendamos que sempre é bem-vindo alguma coisa que venha melhorar, tanto a absorção de água e diminuir o impacto nos lançamentos, assim como também, a questão de resíduos sólidos, que a gente trabalha juntamente com a SLU. Então. mas ele, o que dá a diretriz, o encaminhamento quanto a isso e é necessário estar tudo coadunado, tudo no nível e no qual o SLU estabelece com as obrigações, o que consegue coletar o que não consegue, que forma isso tudo é direcionado, mas está aqui registrada a sua preocupação em relação à questão do resíduo sólido, assim como também, o aproveitamento de água de chuva, a gente vai registrar e passar também vai ficar publicado na nessa audiência pública para caso a empresa consiga identificar o empreendedor TERRACAP e os projetistas conseguiram identificar alguma possibilidade dentro daquilo que é preconizado nas normas da NOVACAP possa também trazer aqui como observação. João, caso tiver algum tipo de alguma complementação, fica à vontade. A gente agradece seu José Roberto pela participação

Senhor João Victor (88:31)

Bom, complementando aqui a informação como foi apresentado, todo o projeto, da concepção do projeto preliminar ele prevê uma taxa de permeabilidade. Então, um terreno hoje ele é obrigatório ter e conforme foi apresentado, a gente tem praticamente quase 16, 17 por cento da gleba total como área permeável. E além do que, haverá a parte de drenagem pluvial envolvendo as questões de qualidade e quantidade, lançamento em córrego. Quer dizer, então, talvez essa metodologia de colocar, é reaproveitar, reaproveitamento na minha concepção, ela se encaixe melhor dentro das áreas especiais, que são lotes maiores, terrenos com, talvez com aproveitamento menor. E aí, onde você tem essa possibilidade. Além de ter uma praça também, que serve também como dispositivo de retenção. Essa questão de resíduos sólidos a SLU se manifestou favorável ao recolhimento. Quer dizer, então não vou entrar muito nessa Seara, não.

Senhor Alisson Neves (89:36)

Obrigado, João. Aqui a gente recebe o senhor Felipe, ao qual a gente agradece. A participação é questionamentos em torno mais da comercialização dos lotes. Não é uma questão ambiental. Entretanto, eu vou trazer aqui no por meio de leitura e caso alguém que esteja participando, tanto da empresa responsável pelos estudos ambientais quanto da própria TERRACAP quiser, se puder, já tem informações para responder a gente solicita que isso aconteça. Então, se o Felipe, ele pergunta o seguinte, ele tem 5 perguntas aqui. A primeira é, os lotes serão disponibilizados por venda direta ou licitação? A segunda, como e quando os interessados se inscrevem? A terceira, quando serão divulgados os valores e forma de pagamento dos lotes? A quarta, existe alguma associação intermediando a relação entre empresas interessadas e a TERRACAP? A quinta, quando será previsto o início da operação do empreendimento? Eu passo a pergunta aqui já e novamente reafirmando que ela não é ambiental, mas caso alguém que esteja participando, quiser e puder fazer algum tipo de abordagem sobre esse questionamento, seu Felipe, fiquem à vontade. Eu passo para a empresa ou para a TERRACAP.

Senhor João Victor (90:56)

Eu mesmo eu como empresa, não, não tenho, eu não tenho como opinar.

Senhor Alisson Neves (90:59)

Albatênio, obrigado pela participação, aí já fica à vontade.

Senhor Albatênio (91:01)

Senhor Felipe, não é isso? (Alisson: Felipe, exatamente). Então, seu Felipe é, nós estamos ainda no começo de processo, está certo. Nós estamos no licenciamento ambiental, vamos passar ainda pelo licenciamento urbanístico que só nele nós vamos partir para registro cartorial desses lotes, ou seja, hoje os lotes nem existem ainda. Então, assim é depois desse processo, desse, desse procedimento a vocês sabem, a TERRACAP está de portas abertas. Nós já recebemos diversos representantes. É desta área. Então, isso pode ser feito nesse momento, seja (?) TERRACAP na diretoria comercial para verificar como vai ser disponibilizadas lotes.

Senhor Alisson Neves (91:53)

Obrigado, Albatênio. Seguimos, então agora para mais uma participação aqui, isso de senhor Wilson Araújo, o qual nós agradecemos a participação, ele faz a seguinte manifestação, precisamos saber como será a abordagem sobre a segurança, que é lamentável atualmente? É uma manifestação, juntamente com uma preocupação que ele traz aqui. Senhor Wilson eu vou, eu vou fazer uma resposta no seguinte sentido, assim é, é a questão de segurança pública é tratada de forma ampla, em todo com os índices de segurança pública. A Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil com aquilo que há de índice em cima das ocorrências, que é registrado em determinada região. Nesse caso aqui a gente está trabalhando com um novo empreendimento, no qual certamente não há ainda estratégias para atuação da segurança pública, tendo em vista que o empreendimento ele ainda como o próprio Albatênio já colocou e não tem nenhum projeto urbanístico ainda aprovada, parte licenciamento ambiental ainda se inicia, então, certamente não há nenhuma conclusão nesse sentido, entretanto, o senhor pode estar procurando a Secretaria de Segurança Pública para alguma manifestação mais técnica a esse respeito. Entretanto, que eu posso trazer isso também é o seguinte, todo o projeto de parcelamento de solo, ele traz

aquilo que a gente chama de lotes definidos para equipamentos públicos, onde o Poder Público recebe aquele lote e toma as decisões em relação ao que é que vai ser ocupado. Vai ser um posto de saúde, vai ser uma escola, vai ser uma delegacia e assim sucessivamente. Então, certamente isso entra em um momento posterior para definição dos equipamentos públicos ali, podendo ter unidade de segurança ou não, a depender de todo o arcabouço de estudos para saber qual é o tipo de ação pública vai precisar mais proximamente naquela área. Então essa é um conteúdo, é uma definição que ela acontece em um momento posterior, mas logicamente, o senhor pode está também procurando a Secretaria de Segurança Pública para saber se nessa região já uma pretensão de se instalar algum tipo de equipamento novo para a comunidade. A preocupação do senhor muito pertinente. Vamos seguindo aqui o senhor Jailton Lima, o qual nós agradecemos também a participação. Ele traz a seguinte preocupação, prezados, no caso do empresário ser contemplado pelo empreendimento, ele terá alguma carência para apresentar a documentação exigida? Bem a gente novamente aqui aborda uma questão já de comercialização. Então, vou nem passar novamente para Albatênio, tendo em vista que ele já colocou que ainda não há nenhum planejamento em relação à comercialização dos lotes, então, certamente quando acontecer isso, e com a mesma preocupação do senhor Felipe trouxe aqui quando vier a aparecer momento de oferta desses lotes certamente a empresa responsável que a TERRACAP trará todo o regramento em relação a isso. Mas hoje não é pelo que o Albatênio, já colocou aqui é que é o representante da TERRACAP na Audiência Pública ainda não é possível fazer esses esclarecimentos. Bem, concluímos essa primeira fase aqui. A gente ainda coloca aberto ainda para a comunidade se manifestar. A gente agradece a todos que estão fazendo e a gente vai agora fazer um intervalo de 5 minutos para aguardar novas perguntas para um segundo, um segundo bloco de perguntas e manifestações dando segmento a Audiência Pública e a gente agradece a participação de todos e convida a participação. Obrigado. (101:44) Vamos lá, dando continuidade aqui é para o quarto bloco aqui, segundo bloco de participações da Audiência Pública para o licenciamento ambiental do SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DO SOBRADINHO. Nós recebemos aqui mais 2 perguntas, no qual faremos e caso não tenha, não chegue nenhum até o final, da expansão, da resposta das 2 aqui nós já seguiremos para o encerramento. Vamos lá. Mais uma pergunta aqui do senhor Francisco de Assis, no qual a gente agradece. Ele fala o seguinte, parabênizo toda equipe, gostaria de saber como vai ser o tratamento para com os associados em relação à liberação dos lotes. A gente agradece a participação do senhor Francisco, mas novamente a gente faz aquela abordagem, relação que a parte de comercialização, ficará para um outro momento, porque nem nesse momento é a própria TERRACAP não tem essas informações ainda, tendo em vista que ainda há um projeto urbanístico a ser é aprovado no momento correto, isso é discutido na Secretaria de Habitação tão somente após a aprovação desse projeto urbanística, que a criação dos lotes. Então, é uma sequência de procedimentos que vão acontecendo e, ao passo que esses procedimentos vão tendo a anuência dos órgãos responsáveis, a gente consegue chegar nesse momento de discutir a comercialização, de liberação dos lotes. Mas está registrada aqui senhor Francisco de Assis. A gente agradece a sua participação. Seguimos aqui, participação do senhor Vanderson, ao qual a gente agradece. Ele fala o seguinte, é um projeto inteligente, gerará emprego, trabalho, renda e não causará danos ao cerrado. Como poderia afetar o meio ambiente gravemente, pois não há nascente, não há cerrado fechado com densidade de árvores nativas. Não é a área de refúgio silvestre, enfim, é um local ideal. Então, eu estou entendendo aqui que é uma pergunta/resposta que traz aqui a sua manifestação em apoio ao empreendimento, entendendo o senhor Vanderson que os impactos ambientais é não são graves pelo que ele coloca aqui. Então a gente agradece a participação do senhor Vanderson está registrada aqui a sua participação. O senhor Felipe, ele retorna aqui com outro questionamento, o qual agradecemos, ele fala o seguinte, só queria pedir que passagem, que passasse, desculpa, uma previsão do início da operação do

empreendimento, mesmo que por estimativa? Então eu passo novamente para o seu, Albatênio que é o responsável pela TERRACAP para que possa fazer uma previsão dentro do empreendedor, é de quando que entende que o empreendimento possa, ele já coloca aqui em operação, mas se puder falar também das outras etapas aqui também já traz um esclarecimento geral. Albatênio estar contigo.

Senhor Albatênio (104:41)

Como é o nome? (Senhor Felipe) Felipe. Felipe fica difícil a gente fazer essa previsão, porque nós temos várias etapas ainda, certo? Então, depois desse procedimento, dessa audiência é, nós vamos (?) temos alguns procedimentos ainda para a emissão da licença prévia, ela que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento. Depois, com essa licença, a gente volta para o licenciamento urbanístico para aprovação desse projeto e posterior registro cartorial. É nesse momento é que se cria os lotes. Depois disso, nós temos que trabalhar com toda a parte de infraestrutura. Contratação das empresas, para implantar sistemas de água e esgoto, drenagem, energia elétrica, iluminação pública. É então assim, nesse momento fica difícil a gente fazer essa previsão mais na frente. Assim é muito na frente ainda. Ou seja, a gente teria que esperar um pouco, pelo menos a aprovação do projeto urbanístico para a gente fazer uma previsão, mas é mais uma vez eu queria deixar claro que a TERRACAP está de portas abertas para recebê-lo se para tirar essas dúvidas, acompanhar todo esse procedimento que não tem, não tem problema nenhum.

Senhor Alisson Neves (106:05)

Obrigado, Albatênio. Seguimos aqui a participação do seu Carlos Alencar, no qual nós agradecemos a participação e ele traz a seguinte questionamento, gostaria de saber se ainda poderá acontecer algum embargo devido a problemas ambientais. Vamos lá, vou tentar explicar aqui pro senhor Carlos, como é que pode funcionar essas questões. O que a gente está discutindo aqui é o licenciamento ambiental, que é o procedimento padrão, é necessário pela legislação para um empreendimento dessa grandeza. Do licenciamento ambiental, ele vai sair indicar, através dos seus encaminhamentos e condicionantes, caso o licenciamento seja alcançado a gente está falando etapa que não, que não houve nenhuma licença emitida. Caso após a reunião, de todos... Após a reunião de todos as informações e documentações que estejam apresentadas entendesse, que é que tudo aquilo que era necessário para emissão de uma licença prévia for reunido, todo o procedimento, documentações o órgão ambiental emite uma licença prévia e essa licença ela traz os encaminhamentos e suas condicionantes. Com esses encaminhamentos e condicionantes a empresa, o empreendimento e o empreendedor eles apresentam os planos, programas e projetos para que se dê entrada, uma licença de instalação que aí também tem um procedimento específico para que, ao final, receba sua licença de instalação. Caso tudo foi reunido, a licença de instalação emitida. Somente após a licença de instalação é que é necessário, é possível realizar algum tipo de intervenção na área, uma obra, quando o senhor colocou aqui questão de embargo, conforme a legislação ambiental, o embargo, ele acontece em obra. Então, o embargo, ele pode acontecer em alguma obra que porventura esteja seja irregular, então pode acontecer algum embargo, pode não só esse empreendimento como em qualquer empreendimento, desde que ele não siga as normas ambientais necessárias estabelecidas nas suas licenças e na legislação pertinente aí a fiscalização ambiental ela pode intervir mediante o instrumento de embargo da obra. Fora isso, a gente espera que o empreendimento, esse todos os outros que tem licença ambiental, eles possam acontecer na harmonia da legislação e da licença. O órgão ambiental, ele não precisa atuar com uma medida de embargo. Entretanto, caso isso foi identificada, uma possibilidade dentro da legislação ambiental, mas dentro desse contexto que o senhor está trazendo aqui, hoje ainda não há nenhuma, nenhum instrumento para que

a fiscalização possa acontecer, porque esses o embargo só pode acontecer mediante obra e o empreendimento ainda vai demorar um pouco para isso acontecer, mas a legislação ambiental ela deve ser seguida em todo o processo, em todos os empreendimentos. Estando assim, o empreendedor aberto, a receber qualquer tipo de infração... de embargo algum outro tipo de sanção ambiental caso isso foi identificado pelas autoridades competentes. Bom, seguimos aqui a última participação apresentada até então, do senhor Nelson, ele traz as seguintes observações, te agradeço a participação do senhor Nelson. Qual a garantia de captação de esgoto, de captação de águas pluviais não vão prejudicar o Ribeirão Sobradinho, que já vem sofrendo há anos por falta de investimento nessas áreas? Senhor Nelson a licença ambiental ela trabalha mediante uma segurança trazida pelo concessionário, que é também licenciado. Então é a questão do tratamento de esgoto e o lançamento no Ribeirão Sobradinho no caso, é da ETE Sobradinho, correto? (correto.) Ele depende de uma série de obrigações, uma série de regras que a CAESB, precisa seguir mediante vigência de uma licença ambiental das normas técnicas inerentes ao tratamento de esgoto, assim como também as informações que a ADASA obtém e o controle, o monitoramento que a ADASA faz para que se mantenha uma outorga de lançamento. Então, as garantias estão através desses 2 entes nos quais são responsáveis por essa política dentro do Distrito Federal, assim como também são responsáveis pelos próprios monitoramentos. Então, não apenas em função desse empreendimento, como também em função de toda a carga de efluentes que é captado, pela ETE de Sobradinho e o lançamento no Ribeirão Sobradinho, ao qual nós entendemos e a pertinência da preocupação que o senhor traz, mas eu oriento e sugiro, que o senhor procure tanto a CAESB quanto a ADASA para que possa apresentar as informações reais em relação à como hoje e como que um futuro empreendimento possa trazer em relação aos impactos do trabalho da ETE de Sobradinho e o lançamento também, no qual a ADASA deve responder. Entretanto, que eu posso trazer para o senhor é que nós reunimos para a emissão de uma licença ambiental as manifestações da CAESB em relação a isso e o acompanhamento junto a ADASA da manutenção da outorga de lançamento de efluente tratado. É isso que o Brasília Ambiental se baseia para poder autorizar o licenciamento ambiental, tendo em vista que a ETE Sobradinho tenha licenciamento ambiental também, entretanto o monitoramento, o funcionamento, os parâmetros, tudo isso é público e a gente orienta e sugere para que a população procure tanto a CAESB quanto a ADASA para obter essas informações. Obrigado, senhor Nelson, pela sua participação está registrada. No mais uma vez que nós encerramos aqui a participação que foram trazidos, foi trazida pela população a gente segue então para o encerramento dessa Audiência Pública e eu passo a palavra tanto para o engenheiro João que é responsável pela APOENA quanto também para os outros participantes, o Albatênio, os outros participantes e representantes nessa Audiência Pública para que possam fazer as suas falas de encerramento. Então o João e depois o pessoal que está na sala virtual, fiquem à vontade.

Senhor João Victor (113:12)

Bom, agradecer fazendo o fechamento da apresentação, da discussão do relatório de Sobradinho. Agradecer inicialmente, a equipe técnica do IBRAM, Alisson, Antônio que ajudou na concepção, enfim, a realização da Audiência Pública. Aos técnicos que ajudaram também na elaboração do estudo do relatório de impacto de vizinhança aos técnicos também da TERRACAP, que contribuíram, que ajudaram, aí que elaboraram os projetos, as concepções, tá que a gente trouxe e que a gente abordou e também a equipe de aqui de gravação e mais uma vez ressaltar a importância do empreendimento, a questão da área da condição é uma área de expansão, quer dizer, que vai proporcionar a geração de emprego, renda, basicamente indústria, quer dizer, então assim tem todo um ganho positivo em relação ao empreendimento. Para mim são as minhas considerações finais.

Senhor Alisson Neves (114:18)

Obrigado João, eu passo a palavra para Albatênio ou outro e algum outro participante que tiver fazendo a representação também na sala virtual fica à vontade.

Senhor Albatênio (114:33)

Eu só gostaria de agradecer a presença de todos. Área a empresa, João, obrigado a aos colegas da TERRACAP participando aqui também. E deixar mais uma vez, é um convite para quem quiser acompanhar mais de perto essa fase desse empreendimento está. Nós trabalhamos na diretoria técnica da TERRACAP e posteriormente, quando o projeto tiver, já com os lotes registrados, todo esse procedimento de disponibilização deles podem ser verificados junto a diretoria comercial. Estamos de portas abertas, sem problema nenhum. Obrigado a todos.

Senhor Alisson Neves (115:18)

Obrigado, Albatênio. Mais alguém que está na sala virtual gostaria de fazer da palavra.

Senhora Bianca (115:23)

Eu queria agradecer a presença de todos, a participação de todo pessoal que está acompanhando com a gente, os questionamentos a oportunidade também desse momento de discussão do projeto que é muito importante esse projeto, como com esse viés econômico, desenvolvimento econômico. Ele é realmente muito importante para o Distrito Federal e nós temos agora uma etapa urbanística. Assim que a gente passar essa primeira etapa do licenciamento ambiental, nós voltamos para licenciamento urbanístico com apresentação do projeto pelo para o Conselho de Planejamento, então, vai ser a próxima etapa do urbanismo que nós temos que vencer também, para que a gente possa seguir as outras etapas, já colocadas pelo Albatênio. A gente tem aí um horizonte de a gente conseguir essas aprovações todas nesse ano ainda. Mas realmente ainda tem muito chão pela frente. Então, a gente conta com a participação de todos para que a gente consiga isso. Que isso ocorra da melhor forma possível. Obrigada pela oportunidade.

Obrigada, arquiteta Bianca. Mais alguém na sala? Não. Então vamos seguir o encerramento. Antes eu só queria que reforçar está que essa Audiência Pública ela se mantém disponível num site no canal oficial do Instituto Brasília Ambiental é e que ela continua recebendo manifestações e questionamentos até os próximos 10 dias, para efeito, ainda da Audiência Pública. Reforçar também que o processo de licenciamento ambiental é um processo público, portanto, a população interessada que queira procurar o órgão ambiental Instituto Brasília Ambiental pelos meios de comunicação, por ouvidoria, pela nossa central de atendimento ao cliente, esteja à vontade tanto para pedir vistas ao processo, como também para buscar a equipe técnica ao qual está trabalhando no processo para poder ter mais esclarecimentos, discutir um pouco sobre o assunto e assim a gente atender a população naquilo que for necessário. Esclarecer também que os estudos ambientais que aqui foram apresentados, eles estão disponíveis no sitio oficial do Brasília Ambiental, portanto, a população pode ter acesso na íntegra desses estudos que estão disponíveis no site do Brasília Ambiental. Então a gente é para finalizar, agradece a participação de todos. Agradece aqui a participação de todos que estiveram na sala virtual de todos que participaram diretamente aqui. A equipe técnica, que fez fazer com que a audiência chegasse a toda a população através dos canais de transmissão, o Brasil Ambiental agradece a todos pela participação, pela confiança em trazer seus argumentos e suas manifestações e continuamos aqui à disposição para esclarecer tanto por questões sobre esse empreendimento quanto os

outros que nós trabalhamos, então desejamos uma boa noite a todos e aqui encerramos a Audiência Pública do empreendimento denominado SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DO SOBRADINHO. Boa noite a todos e até a próxima.